

| ATIVO | Nota | 31.12.2016 | | 31.12.2015 | |
|---------------------------------|------|------------------|------------------|------------|------------|
| | | 31.12.2016 | 31.12.2015 | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e Bancos | 4 | 1.361 | 1.710 | | |
| Aplicações Financeiras | 4 | 29.749 | 39.561 | | |
| Contas a Receber | 5 | 89.236 | 68.927 | | |
| Créditos Fiscais a Recuperar | | 621 | 3.126 | | |
| Estoques | | 939 | 866 | | |
| Créditos Diversos | | 1.139 | 787 | | |
| Despesas Pagas Antecipadamente | | 85 | 573 | | |
| Total do Circulante | | 123.130 | 115.550 | | |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | | | |
| Depósitos Judiciais | 6 | 5.367 | 4.536 | | |
| Ônibus Célula a Hidrogênio | 5 | 3.100 | 3.100 | | |
| Total | | 8.467 | 7.636 | | |
| Imobilizado | 7 | 1.865.308 | 1.489.868 | | |
| Intangível | 8 | 79.710 | 82.474 | | |
| Total do não Circulante | | 1.953.485 | 1.579.978 | | |

| | 31.12.2016 | | 31.12.2015 | |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | | | |
| Venda de Serviços | | 136.073 | | 122.066 |
| Impostos Incidentes s/ Vendas | | (12.587) | | (11.291) |
| Receita Operacional Líquida | | 123.486 | | 110.775 |
| Custo dos Serviços Prestados | | (67.772) | | (66.896) |
| Resultado Bruto | | 55.714 | | 43.879 |
| Receitas (Despesas) Operacionais | | | | |
| Gerais e Administrativas | | (40.382) | | (22.605) |
| Receitas Financeiras | | 4.475 | | 5.846 |
| Despesas Financeiras | | (1.158) | | (1.146) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | | (4.422) | | 4.284 |
| Variações Monetárias Passivas | | (969) | | (813) |
| Baixa de bens do Ativo Permanente | | (2) | | (11) |
| Indenizações de Seguros Recebidos | | 1 | | 1 |
| Outras Indenizações | | – | | 195 |
| | | (42.457) | | (14.249) |
| Resultado Operacional | | 13.257 | | 29.630 |
| Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda | | 13.257 | | 29.630 |
| Imposto de Renda Contribuição Social sobre o Lucro | | – | | – |
| | | – | | – |
| | | – | | – |
| Lucro Líquido do Exercício | | 13.257 | | 29.630 |
| Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações | | – | | – |

TOTAL DO ATIVO **2.076.615** **1.695.528**
As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

| | 31.12.2016 | | 31.12.2015 | |
|--|------------------|------------------|------------|------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL | 41.271 | 20.682 | | |
| FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Resultado do Exercício | | 13.257 | | 29.630 |
| Ajuste por Itens que não afetam o Caixa | | | | |
| Depreciação e Amortização | | 5.089 | | 4.798 |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | | 8.784 | | 74 |
| Total | 27.130 | 34.502 | | |
| VARIAÇÕES DO ATIVO | | | | |
| Contas a Receber | | (29.093) | | (42.747) |
| Créditos Fiscais a Recuperar | | 2.505 | | 73 |
| Estoque | | (73) | | (132) |
| Créditos Diversos | | (352) | | (28) |
| Despesas Pagas Antecipadamente | | 487 | | (220) |
| Total | (26.526) | (43.054) | | |
| VARIAÇÕES DO PASSIVO | | | | |
| Fornecedores | | 15.949 | | 24.021 |
| Obrigações Fiscais e Trabalhistas | | 811 | | 65 |
| Provisão de Férias | | 470 | | 514 |
| Contas a Pagar | | 22 | | (1.333) |
| Passivo Contingente (Cível e Trabalhista) | | (10.208) | | (31.342) |
| Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes) | | (4.958) | | 7.869 |
| Total | 2.086 | (206) | | |
| Total das Atividades Operacionais | 2.690 | (8.758) | | |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | |
| Depósitos Judiciais | | (830) | | 343 |
| Imobilizado | | (377.750) | | (311.278) |
| Intangível | | (15) | | (75) |
| Total das Atividades de Investimento | (378.595) | (311.010) | | |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Fornecedores | | (598) | | (622) |
| Retenção Contratual | | (63) | | (35) |
| Capital Autorizado | | 454.200 | | 489.327 |
| Capital a Subscriver | | (116.488) | | (194.383) |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | (2.136) | | – |
| Adiantamento para Aumento de Capital | | 30.829 | | 46.070 |
| Total das Atividades de Financiamento | 365.744 | 340.357 | | |
| SALDO FINAL DO DISPONÍVEL | 31.110 | 41.271 | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, sociedade anônima de economia mista e capital fechado, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMTPLASA em 1980, através do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Empresa, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988.

b) A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

c) A Empresa tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Com a promulgação das Leis no. 11.638/2007 foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei no. 6.404/76 sobre matéria contábil, com vigência a partir das Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as empresas constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo empresas de capital aberto e sociedades de grande porte.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 5 - Contas a receber e outros créditos; Nota 7 - Imobilizado e Nota 11 - Provisões para Contingências.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa.
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

b) Contas a Receber de Clientes
As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão de créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

c) Estoques
Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição.

d) Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

e) Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário, incluindo os custos com implantação do Corredor ABD e do Corredor Metropolitano Noroeste - RMC. As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de

4) CAIXA E EQUIVALENTES

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e Bancos | 1.361 | 1.710 |
| Aplicações Financeiras | 29.749 | 39.561 |
| TOTAL | 31.110 | 41.271 |

Os saldos de aplicações financeiras em 31/12/2016 constituem-se de investimentos cujos rendimentos estão atrelados as modalidades CDB/CDI e Poupança, e estão disponíveis para resgate imediato.

5) CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

| | 2016 | | 2015 | |
|---|------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Secretaria dos Transportes Metropolitanos | 54.122 | – | 39.183 | – |
| Remuneração por Serviços de Gerenciamento | 27.090 | 1.439 | 6.996 | 1.439 |
| Fretamento das Regiões Metropolitanas | 2.007 | – | 2.015 | – |

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Expresso em R\$ mil)

| | 31.12.2016 | | 31.12.2015 | |
|---|-----------------|----------------|------------|-------|
| | | % | | % |
| RECEITAS | 127.288 | 122.177 | | |
| Vendas de Serviços | 136.073 | 122.066 | | |
| Provisão para Créditos Duvidosos | (8.784) | (74) | | |
| Outras Receitas e Despesas | (1) | 185 | | |
| INSUMOS CONSUMIDOS | (17.091) | (2.854) | | |
| Custo dos Serviços Prestados | (22.827) | (28.333) | | |
| Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros | 5.736 | 25.479 | | |
| RETEÇÕES | (4.562) | (4.592) | | |
| Depreciação, Amortização e exaustão | (4.562) | (4.592) | | |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 105.635 | 114.731 | | |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 9.511 | 10.887 | | |
| Receitas Financeiras | 9.511 | 10.887 | | |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 115.146 | 125.618 | | |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 115.146 | 125.618 | | |
| Pessoal e Encargos | 67.432 | 58,57 | 63.859 | 50,83 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 25.798 | 22,40 | 24.390 | 19,42 |
| Juros e Aluguéis | 8.659 | 7,52 | 7.739 | 6,16 |
| Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício | 13.257 | 11,51 | 29.630 | 23,59 |

| | 2016 | | 2015 | |
|---|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Monitoramento | 1.737 | – | 954 | – |
| Auto de Infração e Sanção de Multa | 1.706 | – | 946 | – |
| Metra Sistema Metropolitan de Transportes Ltda. | 777 | – | 185 | – |
| Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil | – | 3.100 | – | 3.100 |
| Consórcio BUS | 576 | – | 591 | – |
| Secretaria de Estado da Educação | – | – | 8.216 | – |
| Outras | 10.643 | 279 | 10.517 | 279 |
| (-) Créditos Vencidos e não Recebidos | (9.422) | (1.718) | (676) | (1.718) |
| TOTAIS | 89.236 | 3.100 | 68.927 | 3.100 |

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitan de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitan de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infra-estrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos; em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes nas funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário.

A EMTU/SP em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, desenvolve o projeto "Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil".

Em 2012 foi transferida a titularidade de um ônibus protótipo para a EMTU/SP por meio do documento "Termo de Transferência de Titularidade de Bens" emitido pelo PNUD em conjunto com o MME, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo **Documento de Projeto** contínua.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2016, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio

Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pro-

nunciamento favorável dos Auditores Independentes, os Conselheiros Fiscais são de opinião que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.
São Paulo, 14 de fevereiro de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLODOALDO PELISSONI
RUBENS EMIL CURY
JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR
MÁRIO MANUEL S. RODRIGUES BANDEIRA
AUGUSTO BEZANA

CONSELHO FISCAL

DIOGO COLOMBO DE BRAGA
ESTEVAM ANDRÉ ROBLES JUHAS
ISADORA CHANSKY COHEN
NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente: JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro: FERNANDO LUIZ BENTO PIRRÓ
Diretor de Gestão Operacional: MARCO ANTONIO ASSALVE

CONTADORA

VERA APARECIDA PIFFER - CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Diretoria somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2.017.

Karini Letícia Bazzaneze

Contadora - CRC-PR Nº 051096/O-0

Ediclei Cavalheiro de Ávila

Contador CRC-PR 057250/O

BAZZANEZE
Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6